breves

Entrevista com jovens empresários licenciados pela UBI

"Sempre tive a vontade de fazer as coisas como eu gosto"

João Carvalho, 46 anos, sócio da Fitecom, uma empresa têxtil.

"Fase de consolidação dos negócios"

Pedro Paulo Dias Rodrigues, 36 anos, sócio da ASSEC, três empresas numa só.

"Uma questão de oportunidade"

João Campos, 31 anos, proprietário do jornal "Nordeste", um semanário regional.

URBI– Qual a sua licenciatura e e m que ano se licenciou?
João Carvalho– Engenharia Têxtil, 1989
Pedro Rodrigues – Engenharia da Produção e Gestão Industrial, 1997
João Campos– Ciências da Comunicação, 1997

U - Que tipo de empresa é a sua?
J.C.– A Fitecom é uma produtora de tecidos de uma gama média/alta, onde os artigos fabricados são quase na totalidade , havendo, eventualmente, alguns com uma percentagem de poliester, sendo a divisão da produção de 80 por cento para a lã e os restantes 20 para as misturas com poliester. É uma empresa vertical, que tem desde tinturaria, tecelagem, acabamentos. O seu mercado-alvo é a Europa.

P.R. – Sou sócio de três empresas: – ASSEC – Assistência a Empresas e Consultadoria, Lda, que presta serviços de Consultadoria em Engenharia e Gestão; Assessoria Contabilística e Fiscal e Formação Profissional; – ASSEC – Sistemas de Informação e Multimédia, Lda, em que temos 2 LOB Desenvolvimento de Software (ERP) e Multimédia (publicidade, Internet , entre outros) e – ASSEC – Sistemas Ambientais, Lda, onde desenvolvemos trabalhos ao nível Ambiental, SHST e Qualidade Alimentar. Nesta empresa temos também um laboratório.

J.C.– O jornal "Nordeste" é um semanário regional de informação generalista.

U - Onde está localizada?
J.C.– Está sediada na zona industrial do Tortosendo, n uma área próxima dos 20 mil metros quadrados.

P.R. – A empresa tem sede na Covilhã e pode ser conhecida através da página web www.assec.pt

J.C.– O "Nordeste" tem sede em Bragança.

U - Porquê a opção de criar uma empresa e ao invés de trabalhar com conta de outrem?
J.C.– Sempre tive a vontade de fazer as coisas como eu gosto. Quando acabei a licenciatura trabalhei ainda em duas empresas, mas posteriormente, acabei por criar uma sociedade com mais 2 sócios. Começámos por uma estrutura pequena, através da compra de uma empresa que já vinha desde o início do século passado. Aos poucos, a empresa foi-se modernizando, tendo já um peso considerável e, a nível tecnológico, deve ser das empresas mais desenvolvidas na Europa.

P.R. – No meu caso, a opção resultou de oportunidade de lançamento de negócio(s), vontade e capacidade empreendedora e conhecimento dos sócios (capacidade e seriedade).

J.C.– Não foi por opção, mas mais pelo surgir da oportunidade. Quando vim para Bragança, no final do curso, estive a trabalhar algum tempo em jornais regionais. Em finais de 1999, apresentaram-me uma proposta de venda de título de um jornal antigo e eu aproveitei. No início de 2000 comecei a dirigir o jornal.

U - Perspectivas para o futuro?
J.C.– Sou francamente positivista em relação ao futuro da indústria têxtil em Portugal. No entanto, há que distinguir entre indústria têxtil e confecção. Na têxtil, temos uma indústria de capital intensivo e na confecção de mão-de-obra intensiva, por isso penso que os têxteis têm lugar nos países desenvolvidos. Espero que a Fitecom acompanhe este andamento. Neste momento estamos a investir com cerca de 3 milhões e meio de euros na área da Tinturaria, renovando todo o material existente. Esta é a última das secções a ser renovada na Fitecom.

P.R. – Neste momento estamos numa fase de consolidação do(s) negócio(s), mediante três vertentes: entrada em novos mercados, optimização de processos organizacionais e criação de valor acrescentado.

J.C.– Desde sempre nos preocupamos com evoluir, fomos criando novas secções, nomeadamente, em mirandês e sobre novas tecnologias. Se o mercado continuar como está, no máximo ficaremos igual ao que estamos, ou seja, um pouco parados. Agora, estamos à espera dos incentivos à contratação prometidos pela Secretaria de Estado da Comunicação. Se tal acontecer, poderemos aumentar a nossa equipa e melhorar a nossa produção.

ponto de vista

O Processo de Bolonha

> Paulo Serra

Sobre o chamado Processo de Bolonha impõe-se, por enquanto, uma constatação óbvia: a de que se passa, com ele, algo de muito parecido com o descrito na célebre fábula indiana dos cegos e do elefante. Isso não é necessariamente um problema, se pensarmos não só que "da discussão nasce a luz", mas também que mais vale discutir para aceitar do que aceitar para discutir.

Terá sentido, assim, regressarmos ao documento matricial do Processo: a *Declaração de Bolonha*, assinada pelos representantes de 29 países europeus em 19 de Junho de 1999. E isso para dizermos, desde logo, que – e ao contrário do que às vezes se ouve, num tom de que não está isenta uma ameaça mais ou menos velada ("Vem aí Bolonha!...") – tal Declaração não é nem um "Tratado" nem uma "Lei", mas antes um enunciado de intenções; intenções que alguns qualificarão de vagas, outros de piedosas e outros mesmo de indesejáveis e até inexequíveis. (Veja-se, a propósito, a entrevista do Professor Alberto Amaral ao *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, N.º 91, Outubro/Dezembro de 2003, disponível em http://www.spq.pt/boletim/91/bl91_02.pdf).

À cabeça dessas intenções está, como ressalta logo dos objectivos gerais enunciados - "estabelecer a área Europeia da educação superior" e "promover o sistema Europeu de educação superior a nível mundial" - uma intenção europeísta e integradora, que alguns dirão mesmo homogeneizadora. É a partir desta intenção europeísta e integradora que podem e devem ser lidos os objectivos específicos da Declaração, e que configuram um sistema europeu de ensino superior assente nos seguintes princípios: i) graus legíveis e comparáveis, nomeadamente através de um "Suplemento ao Diploma"; ii) estrutura de dois ciclos - um graduado, com um mínimo de três anos, que deverá também ser relevante para o mercado de trabalho; e um pós-graduado, conduzindo ao mestrado e ao doutoramento; iii) sistema de créditos, incluindo os adquiridos através da educação permanente; iv) mobilidade (intra-europeia) de estudantes e professores; v) certificação de qualidade; vi) finalmente, e citamos, a "promoção das necessárias dimensões europeias no Ensino Superior".

Como se verifica, não existe na Declaração de Bolonha qualquer injunção ou orientação concreta no que se refere a estruturas curriculares, programas, métodos pedagógicos ou organização das instituições de Ensino Superior. As indicações que, em tais domínios, têm vindo ser formuladas em cada País resultam não da Declaração de Bolonha mas das múltiplas e diversas *interpretações* que dessa Declaração têm vindo a ser feitas, ao longo destes anos, por Conselhos de Reitores, Universidades, Politécnicos, Associações Estudantis, Fóruns Pedagógicos, Comissões, Grupos de Trabalho específicos de certas áreas e cursos, Ordens e Associações Profissionais, etc..

Ora, este facto, se permite, por um lado, contestar a intenção homogeneizadora que alguns atribuem à Declaração de Bolonha, coloca, por outro lado, o problema do "conflito das interpretações" - e isto quer a nível europeu, entre os vários Países signatários, quer a nível nacional, entre os vários protagonistas envolvidos no processo. Um tal "conflito" só pode ser resolvido, ao primeiro nível, pelo conjunto dos Países signatários, e, e ao segundo nível, pelo Governo – desde logo, com a publicação de um documento tão básico como a *Lei de Bases da Educação* (de que existe já um Projecto), bem como de outros dela decorrentes, e que definam coisas como a natureza e a duração dos ciclos de estudos, as componentes para cálculo dos créditos, a organização de currículos e programas, etc..

Mesmo que tal "conflito" nunca venha a ser satisfatoriamente resolvido a ambos os níveis – e que, por conseguinte, aquilo a que hoje se chama o Processo de Bolonha nunca venha a ter lugar, ou venha a ter lugar de forma muito diferente daquela que hoje se perspectiva -, uma coisa parece certa: a Universidade portuguesa não poderá deixar de aproveitar esta oportunidade para reflectir sobre as modificações a introduzir no seu ensino, na sua investigação, na sua organização, na sua relação com os públicos existentes e com novos públicos, no seu papel na comunidade envolvente. Mas impõe-se, em cada um destes domínios, a prudência e a política dos pequenos passos – como o nosso País está farto de saber, a aposta "decidida" em "novas medidas", não testadas ou testadas de forma deficiente, é muitas vezes a forma mais rápida de fazer tudo mal.

Um bom ponto de partida para tal reflexão é, sem dúvida, o documento *Portuguese research universities: why not the best?*, produzido por Michael Athans - um Professor do MIT que foi, durante três anos, *Visiting Research Professor* do IST. (Documento em http://matagalatlante.org/nobre/down/MITvsIST.pdf).